

Sumário

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I. TEORIA DA SANÇÃO PENAL	25
1. Aspectos gerais.....	25
2. Os elementos (dados essenciais) do conceito de pena.....	27
2.1. A privação de um bem (direito) objetivamente considerado.....	28
2.2. A existência de uma prévia ofensa jurídica	34
2.3. Imposição ao autor (ou partícipe) da ofensa jurídica	38
2.4. Inflição intencional por seres humanos distintos do ofensor	42
2.5. Imposição por uma autoridade (institucionalização da pena)	43
CAPÍTULO II. AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	45
1. Aspectos gerais.....	45
2. As medidas socioeducativas e os elementos (dados essenciais) do conceito de pena	46
2.1. A privação de um bem (direito) objetivamente considerado.....	46
2.1.1. Advertência	46
2.1.2. Reparação do dano.....	47
2.1.3. Prestação de serviços à comunidade.....	53
2.1.4. Liberdade assistida.....	55
2.1.5. Semiliberdade.....	61
2.1.6. Internação	72
2.1.6.1. Princípio da excepcionalidade	73
2.1.6.2. Princípio da brevidade	97
2.1.6.3. Princípio do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento	108
2.1.7. Conclusão parcial	113

2.2.	A existência de uma prévia ofensa jurídica	113
2.2.1.	Tipicidade remetida	114
2.2.2.	Illicitude (antijuridicidade).....	120
2.2.3.	A culpabilidade especial do adolescente	121
2.2.3.1.	Premissas conceituais: a imputabilidade....	121
2.2.3.2.	Requisitos da culpabilidade especial do adolescente	125
2.2.4.	Exclusão da punibilidade	130
2.3.	Imposição ao autor (ou partícipe) da ofensa jurídica	131
2.4.	Inflição intencional por seres humanos distintos do ofensor e imposição por uma autoridade (institucionalização da pena)	133

CAPÍTULO III. O PARADIGMA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

1.	Breve história e origens do Direito da Criança e do Adolescente.....	137
2.	A proteção da criança e do adolescente na normativa internacional.....	146
3.	A proteção da criança e do adolescente no Brasil	148
3.1.	A Roda dos Expostos	148
3.2.	Substituição do modelo de assistência: a filantropia e a progressiva intervenção estatal	149
3.3.	Código de Menores de 1927 ("Código Mello Mattos")	152
3.4.	Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.)	153
3.5.	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)	154
3.6.	Código de Menores de 1979.....	155
3.7.	A Constituição Federal de 1988: incorporação da Doutrina da Proteção Integral	157
4.	Fases (sistemas) da evolução do tratamento jurídico de crianças e adolescentes	158
4.1.	Fase da absoluta indiferença	159
4.2.	Fase da mera imputação criminal	160
4.3.	Fase tutelar.....	162
4.4.	Fase da proteção integral.....	164
5.	Princípio da proteção integral: significado e dimensões	164
5.1.	Dimensão pessoal ou subjetiva.....	165
5.2.	Dimensão material ou objetiva.....	168

5.3.	Regras fundamentais da proteção integral: prioridade absoluta e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.....	169
5.3.1.	Princípio da prioridade absoluta	169
5.3.2.	Princípio do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento	172
5.4.	Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente	174
5.5.	Sistema de Garantia dos direitos da criança e do adolescente	179
5.6.	Proteção integral em ambientes digitais: Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei n. 15.211/25)	182
CAPÍTULO IV. NATUREZA JURÍDICA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E SUAS IMPLICAÇÕES MATERIAIS		185
1.	Orientações a respeito da natureza jurídica das medidas socioeducativas....	185
1.1.	Intervenção puramente pedagógica ou estritamente educativa	185
1.2.	Reconhecimento de uma carga de sanção nas medidas socioeducativas, embora negando qualquer natureza penal (especial ou diferenciada) ...	192
1.3.	Proximidade com as medidas de segurança do modelo de responsabilidade penal comum dos adultos	196
1.4.	Reconhecimento da natureza penal especial ou diferenciada das medidas socioeducativas	198
2.	As medidas socioeducativas como pena especial para adolescentes	200
3.	Fundamentação da (in)imputabilidade de adultos, adolescentes e crianças...	214
4.	Implicações materiais da natureza jurídica das medidas socioeducativas	220
4.1.	Necessidade de determinação da pena concreta que seria aplicada a um adulto: paradigma da intervenção penal comum como sublimite superior da medida socioeducativa.....	220
4.2.	Possibilidade de renúncia ou mitigação da intervenção socioeducativa: remissão, princípio da atualidade e atos infracionais definidos como crime de ação penal pública condicionada ou de ação penal privada exclusiva	222
4.3.	Prescrição das medidas socioeducativas	225
4.4.	Execução provisória (imediata, antes do trânsito em julgado) das medidas socioeducativas	233
CONCLUSÕES		243
REFERÊNCIAS		253